



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.011, DE 2015

(Do Sr. Ronaldo Fonseca)

Acrescenta o artigo 12-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, e regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2394/2011.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, fica acrescida do art. 12-A:

“Art. 12-A. Tem direito a instituição e atuação de bancada o partido que tenha representação igual ou superior a cinco por cento da composição da respectiva Casa Legislativa”.

Parágrafo único. Os partidos com representação inferior a cinco por cento da composição da respectiva Casa Legislativa poderão compor bloco parlamentar com o objetivo de exercer prerrogativas de bancada, desde que o bloco parlamentar tenha representação igual ou superior a cinco por cento dos membros da respectiva Casa Legislativa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O contínuo aperfeiçoamento do processo legislativo deve ser uma preocupação presente no cotidiano de todos os parlamentares eleitos. Com o objetivo de conferir maior celeridade aos debates e decisões no Poder Legislativo, proponho que as prerrogativas de bancadas sejam exercidas exclusivamente por partidos ou blocos parlamentares com representação superior a cinco por cento da composição da Casa Legislativa. Entendo que essa previsão trará mais tempestividade ao andamento dos trabalhos legislativos e à formação de consensos, uma vez que permite a agregação de opiniões semelhantes de partidos políticos com afinidades programáticas.

A proposição em análise certamente trará maior presteza ao processo de formulação das prioridades legislativas, de definição das pautas de votação, de orientação de bancada durante a votação e, conseqüentemente, da negociação em torno dos projetos em tramitação.

Certo de que todos esses ganhos conjugados trarão maior eficiência decisória ao processo legislativo, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2015.

Deputado **RONALDO FONSECA**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta
os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição
Federal.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de
PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

.....

CAPÍTULO II
DO FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR

Art. 12. O partido político funciona, nas Casas Legislativas, por intermédio de uma bancada, que deve constituir suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas desta Lei.

Art. 13. *(Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela [ADIN nº 1.351-3](#) e [ADIN nº 1.354-8](#), publicadas no DOU de 18/12/2006, p. 1)*

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO